



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 41

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1961

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1.º Secretário: Senador Cunha Mello.
2.º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3.º Secretário: Senador Argemiro Digueiredo.
4.º Secretário: Senador Novaes Filho.
1.º Suplente: Senador Mathias Olympio.
2.º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES Da Maioria

Líder: Filinto Müller.
Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Velloso e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Marulan — Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Marinho.

Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondim.

Secretário: Evandro Mendes Vianna.
Diretor-Geral, substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente — (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Péricles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Barros Carvalho (PTB).
Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).

1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
3. Francisco Gallotti (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Luna (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).

1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saravá, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Ary Vianna, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente — (PTB).

Fernandes Távora (UDN).
Sérgio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).

João Arruda (UDN).

Alô Guimarães (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretária: Romilda Duarte, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 1530 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente — (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente — (UDN).

Reginaldo Fernandes (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloísio de Carvalho (PL).

Secretária: Iary de Faria Albuquerque, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti, Presidente — (UDN).
Jefferson de Aguiar, Vice-Presidente — (PSD).

Irineu Bornhausen (UDN).
Daniel Krieger (UDN).
Fernandes Távora (UDN).
Dix-Huit Rosado (UDN).
Lopes da Costa (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Eugênio Barros (PSD).
Filinto Müller (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Victorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).
Saulo Ramos (PTB).
Barros Carvalho (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Ruy Palmeira (UDN).
4. Coimbra Bueno (UDN).
5. João Arruda (UDN).
6. Del Caro (UDN).

1. Gaspar Velloso (PSD).
2. Silvestre Péricles (PSD).
3. Ruy Carneiro (PSD).
4. Jarbas Maranhão (PSD).
5. Menezes Pimentel (PSD).
6. Pedro Ludovico (PSD).

1. Vivaldo Lima (PTB).
2. Arlindo Rodrigues (PTB).
3. Paulo Fender (PTB).
4. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloísio de Carvalho (PL).

Secretário: Renato de Almeida Chermont, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).

Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Lino de Mattos (UDN).
Francisco Gallotti (PSD).
Menezes Pimentel (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).

1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente — (PSD).

Sérgio Mário, Vice-Presidente — (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Ary Vianna (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN)
2. Daniel Krieger (UDN)
3. Menezes Pimentel (PSD)
2. Ruy Carneiro (PSD)
1. Paulo Fender (PTB)

Secretária: Vera de Alvarenga Matos — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Viva do Lima, Presidente (PTB)
Rui Pamella, Vice-Presidente (UDN)

- Daniel Krieger (UDN)
- Heribaldo Vieira (UDN)
- Benedicto Valadares (PSD)
- Gaspar Velloso (PSD)
- Paulo Fernandes (PSD)
- Lourival Fontes (PTB)
- Alcides de Carvalho (PL)

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN)
2. Venâncio Igrejas (UDN)
3. Freitas Cavalcanti (UDN)
1. Menezes Pimentel (PSD)
2. Jefferson de Aguiar (PSD)
3. Ary Vianna (PSD)
1. Fausto Cabral (PTB)
2. Barros Carvalho (PTB)
1. Mem de Sá (PL)

Secretário: João Batista Castejon Branco — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN)
Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD)

- Fernandes Távora (UDN)
- Pedro Ludovico (PSD)
- Saulo Ramos (PTB)

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN)
2. Lapes da Costa (UDN)
1. Eugênio Barros (PSD)
2. Jarbas Maranhão (PSD)
1. Miguel Couto (PTB)

Secretária: Maria de Lurdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN)
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD)

- Sérgio Marinho (UDN)
- Jefferson de Aguiar (PSD)
- Francisco Gallotti (PSD)
- Miguel Couto (PTB)
- Arlindo Rodrigues (PTB)

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN)
2. Dix-Huit Rosado (UDN)
1. Silvestre Péricles (PSD)
2. Ruy Carneiro (PSD)
3. Jorge Maynard (PSP)
1. Saulo Ramos (PTB)
2. Nelson Maculan (PTB)

Secretária: Maria do Carmo Rendon Ribeiro Saraiva, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN)
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente (PSD)

- Joaquim Parente (UDN)
- Sebastião Archer (PSD)
- Paulo Fender (PTB)
- Miguel Couto (PTB)
- Aloisio de Carvalho (PL)

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN)
2. Padre Calazans (UDN)
1. Ruy Carneiro (PSD)
2. Benedito Valadares (PSD)
1. Nelson Maculan (PTB)
2. Fausto Cabral (PTB)
1. Mem de Sá (PL)

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard, Presidente (PSP)
Lino de Mattos, Vice-Presidente (UDN)

- Coimbra Bueno (UDN)
- Victorino Freire (PSD)
- Fausto Cabral (PTB)

SUPLENTE

1. Sérgio Marinho (UDN)
2. João Arruda (UDN)
1. Jefferson de Aguiar (PSD)
2. Eugênio Barros (PSD)
1. Nelson Maculan (PTB)

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

TITULARES

Nelson Maculan, Presidente (PTB)
Eugênio de Barros, Vice-Presidente (PSD)

- Ovidio Teixeira (UDN)
- Mourão Vieira (UDN)
- Alô Guimarães (PSD)
- Paulo Fernandes (PSD)
- Nogueira da Gama (PTB)

SUPLENTE

1. Lopes da Costa (UDN)
2. Joaquim Parente (UDN)
1. Pedro Ludovico (PSD)
2. Lobão da Silveira (PSD)
3. Francisco Gallotti (PSD)
1. Saulo Ramos (PTB)
2. Lima-Teixeira (PTB)

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais
Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger, Presidente (UDN)
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD)

- Joaquim Parente (UDN)
- Sebastião Archer (PSD)
- Paulo Renter (PTB)
- Caetano de Castro (PTB)
- Aloisio de Carvalho (PL)

SUPLENTE

- UDN:
- Coimbra Bueno
- Padre Calazans

PSD:

Rui Carneiro.
Benedito Valadares.

PTB:

Nelson Maculan.
Miguel Couto.

PL:

Mem de Sá.

ATA DA 10ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 3 DE ABRIL DE 1961

PRESIDÊNCIA DOS SRs.: MOURA ANDRADE E AMÉRICO DE FIGUEIREDO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Sebastião Archer. — Mendonça Clark. — João Mendes. — Joaquim Parente. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Menezes Pimentel. — Argemiro de Figueiredo. — Nogueira Filho. — Jarbas Maranhão. — Barros Carvalho. — Silvestre Péricles. — Heribaldo Vieira. — Ovidio Teixeira. — Arlindo Rodrigues. — Nogueira da Gama. — Moura Andrade. — Lino de Mattos. — Gaspar Velloso. — Saulo Ramos. — Guido Mondim (20).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há, sobre a mesa, expediente para leitura.

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, primeiro orador inscrito.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, os que acompanharam, mesmo de longe, a vida política do atual Presidente da República, não têm motivos para surpresas, face aos métodos e processos administrativos que ele vai imprimindo ao seu governo.

Estava ao alcance dos nossos olhos e da nossa compreensão que esse eminente homem público, pela singularidade de sua formação moral e cultural e, sobretudo, pelo temperamento estranho que lhe marca a personalidade, haveria de rasgar, no cenário nacional, novas estradas, caminhos novos, à passagem do seu governo, de cunho evidentemente revolucionário. Já o analisei, em traços rápidos, em discurso anterior. O sentido que ele deu à sua pregação democrática, na campanha de 3 de outubro, era bem o prelúdio de uma obra que se ia escrever com as tintas novas de um pensamento novo, de uma concepção diferente, de uma criação à parte, sem as regras e os métodos consagrados pela tradição secular dos nossos costumes públicos.

Ele sempre foi diferente. Diferente, é bem o termo. Diferente ou mesmo impossível é mudar-lhe a forma e o espírito. Se o fizéssemos, teríamos o homem contraditório, deformado, negando-se a si mesmo. Ele pensa por si e age sozinho. Imagino o que vai sendo o seu esforço titânico para imprimir a tudo e a todos o sentido janiista de uma era nova. O esforço para conduzir uma nação, de tantos milhões de habitantes, à fidelidade e à crença

nas afirmações dogmáticas do seu evangelho sagrado.

Já o disse, e reafirmo com a mais pura sinceridade: não tenho dúvidas no que tange às intenções patrióticas do novo Chefe de Estado. Mas, antevejo o choque violento entre a imposição dos dogmas, que lhe retratam a personalidade, e os sentimentos de liberdade de um povo, valente e audaz, que tem a consciência de sua força e dos seus destinos.

Não se precisa de maior esforço, Sr. Presidente para sentir-me a cunha rigorosamente individualista do honrado Sr. Jânio Quadros. Para ele, para o seu temperamento, para o seu idealismo, melhor seria que não tivéssemos uma ordem legal instituída, disciplinando as forças sociais. Um campo aberto que lhe assegurasse a oportunidade de construir uma ordem legal sua, a seu gosto, a sua vontade, para que pudesse realizar o que pensa e o que sente necessário, em proveito da comunidade. Daí a sua notória aversão aos partidos. Não se conforma com ideologias estranhas ao seu catecismo pessoal. A disciplina das agremiações estorva-lhe a liberdade de movimentos. Preferiu polarizar em si a própria pessoa toda a fé de uma nova crença.

Melindra-se o Congresso por não vê-lo bater às suas portas, com as reverências clássicas dos outros Chefes de Estado — Agastam-se os Ministros com as ordens ou bilhetes que os jornais divulgam, antes de lhes chegarem às mãos.

Alarmam-se os Governadores e Prefeitos, com a instituição dos grupos militares e civis, sediados no âmbito de sua autonomia governamental. Inquietam-se os funcionários com a ordem drástica das duas etapas de trabalho. Aflição-se o povo com a elevação desconcertante do custo de vida. Toma rumos diferentes a política internacional — As medidas mais impressionantes são decretadas no âmbito de nossa vida econômica e financeira — É a revolução janiista desencadeada. Senhor Presidente. Não há o que estranhar — É um temperamento que se confirma — É um governo que centraliza o poder — É uma índole totalitária que se revela — Mas, não há o que temer — Estimamos um governo forte que mobilize todas as energias morais e materiais deste país, no sentido do bem comum; no sentido do progresso; no sentido do prestígio do poder; da ordem moral na administração e do respeito às instituições democráticas. De um governo, assim, nada teremos a dizer que lhe venha a ferir o dinamismo patriótico e construtivo. Para daí é preciso o combate.

O que se impõe, nesta hora, já o disse de outra vez, é que o povo não abdique de suas prerrogativas de soberania: exerça vigilância; fale; aplauda, censure, reclame, reivindique, advirja, sem os excessos que conduzem à anarquia ou sem as omissões que marcam as nações decadentes — O mesmo será a atitude dos poderes da República. O Congresso de hoje honra a cultura e o civismo de qualquer nação culta — Conhece o seu papel. Conhece os seus direitos e os seus deveres, no sistema da Constituição — É um órgão da soberania nacional — Ele sabe que é necessário respeitar e manter a harmonia entre os poderes, no interesse da comunidade. Mas, conhece as leis e os princípios que lhe resguardam a autonomia. Não precisa da reverência do Executivo — Precisa de sua colaboração, é verdade — Colaboração recíproca, nos termos das funções de cada poder definidas nos textos constitucionais — Que não se olhem os partidos, nesta fase delicada de nossa vida pública — que não se veja o Presidente escravizado às facções que o ajudaram na luta — Veja-se um Chefe de Estado que emergiu de uma revolução democrática, vinculado de compromissos com o povo — Veja-se um Congresso, sábio, va-

lente, brioso, convertendo em leis as aspirações da nacionalidade. Um Congresso vigilante, capaz de antepor a sua autoridade, aos excessos do Executivo, em defesa das instituições republicanas.

Os Ministros de Estado que não deixem fenecer a tradicional dignidade do posto. E os Governadores, das unidades da Federação, onde se instalam os grupos de inspecção, fiscalização ou co-opeção do poder central, que tenham a compreensão e o brio necessário, ante os novos órgãos emanados de imaginação presidencial, para aceitá-los ou repudiá-los, conforme as circunstâncias o ditarem — Precisamos de vigilância e debate.

A reforma cambial, a que se procedeu, Senhor Presidente, deve ser bem examinada nos setores técnicos do Congresso — Como prevíamos, em discurso anterior, ela já se refletiu nas massas populares, com a intensidade alarmante das grandes crises que se deflagram — Ao que nos parece o povo não está em condições de resistir aos efeitos objetivos da medida. O custo de vida ascendeu de um pulo, a limites imprevisíveis. A política de desenvolvimento anterior, realmente elavada de alguns erros inevitáveis, enfrentava o encarecimento da vida, em termos de compreensão social e de equilíbrio humano — Amenizara as dificuldades populares emergentes, através de aumentos moderados, de ordenados, de vencimentos, de salários e subsídios — As emissões de papel-moeda enfrentavam os desequilíbrios e fazia face ao surto gigantesco dos investimentos — De certo desprezou-se muito e muito o poder aquisitivo da moeda — Mas a estrutura econômica deste país, as obras de cunho reprodutivo; o aproveitamento das riquezas naturais; a intensificação da produção; o reforço nas operações das trocas; todos esses elementos, Senhor Presidente, teriam necessariamente, de valorizar o meio circulante pela valorização da riqueza econômica do povo — Ninguém faz restrições aos desejos patrióticos do eminente Chefe do Governo, no que tange à política de contenção dos gastos — Os gastos que não se ajustam ao desenvolvimento da economia nacional — Mas, aqueles que dizem respeito ao plano de nossa emancipação econômica, não podem sofrer restrições, sem que voltemos ao passado de inércia e de submissão ao poder econômico estrangeiro — Não nos parece racional, Senhor Presidente, que esperemos, em "prazo longo", os frutos internos da nova política cambial — Menos racional seria esperar, de fora, a ajuda e os recursos necessários à independência econômica desta nação. Acredito, Senhor Presidente, que só poderíamos vencer, com a mobilização estática e gloriosa de nossas próprias forças.

E como ficamos agora com a supressão abrupta dos favores cambiais? Quem há de negar que se fez uma estação de parada na marcha da industrialização nacional? Agora, quando as taxas alfandegárias e os favores cambiais deveriam facilitar, ao máximo, a aquisição dos instrumentos, máquinas e equipamentos imprescindíveis à organização industrial deste país! Como irão se equipar agora os homens, as empresas, os municípios e os Estados pobres do Nordeste? Ao dólar de Cr\$ 200,00? Essa a pergunta dolorosa que formulei no meu discurso anterior. Ao dólar de Cr\$ 200,00, quando outros Estados poderosos já se organizaram com equipamentos importados ao câmbio de Cr\$ 100,00? Que desígnios malditos, Senhor Presidente vêm arrilhando as mãos do meu Nordeste sacrificado! Por que essa conspiração do destino? Qual foi o nosso pecado? Que fizemos contra Deus e contra os homens? Dos céus, recebemos o castigo das secas e das inundações, que nos levam, na catástrofe, a vida e os bens — Dos homens, dos governos, o tratamento desigual e o desprezo, que nos matam a confiança na ação da fraternidade nacional.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — Há de reconhecer V. Exª que o tratamento desigual que o Nordeste tem recebido vem do Governo, como de todos os Governos anteriores.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — V. Exª não entendeu o meu discurso.

O Sr. Heribaldo Vieira — Quero apenas situar a responsabilidade dessa diversidade no tratamento do Nordeste.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — V. Exª há de verificar que no meu discurso não faço discriminação; não estou chamando quem quer que seja à responsabilidade. Na verdade, o Nordeste tem sido a região abandonada pelos Governos, quanto ao atendimento às suas necessidades.

A nossa insistência é para que não deem elementos necessários ao nosso progresso, para que nos integremos no desenvolvimento nacional e tenhamos justiça a um Governo há poucos meses terminado que, sem haver dado tudo quanto a região precisa, deve merecer a gratidão e homenagem de todos os nordestinos porque foi o governo que mais fez em atendimento às nossas necessidades.

O Sr. Fausto Cabral — Perfeitamente.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Quando em certa parte do meu discurso faço discriminação justa real e verdadeira, é para assinalar que com o desamparo da região mais pobre do país criou-se, na verdade, uma situação de desigualdade entre os Estados do Sul, altamente industrializados, e os do Nordeste, hoje, marchando para essa industrialização.

V. Exª há de convir que na realidade há uma desigualdade flagrante. Contra o que agora faz o Presidente da República impondo câmbio de Cr\$ 200,00 aos Estados pobres que dão os seus primeiros passos no setor da industrialização, e sem o que jamais poderão ter riquezas acumuladas, deve se levantar toda a bancada nordestina.

Com essa medida meu nobre colega, diante da situação das mais Estados ricos devidamente equipados, no sentido da industrialização, nega o Governo ao Nordeste o mesmo direito, os mesmos favores que outros receberam com o câmbio de dólar a Cr\$ 100,00, impondo a eles Estados empobrecidos um câmbio de Cr\$ 200,00, para que se equipem com o dobro do custo — o que não será possível fazê-lo — daquilo que pagaram às mais Unidades da Federação.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Exª outro aparte?

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exª está avançando muito nas suas impressões sobre o atual Governo. O fato de se haver estabelecido um sistema cambial diferente não quer dizer que o Governo irá esquecer o problema da industrialização do Nordeste. Basta que leiamos a Mensagem do Presidente Jânio Quadros ao Congresso Nacional, para verificar que S. Exª não está desonerado do problema da industrialização do Nordeste; haverá, por certo, de encontrar os caminhos necessários a meios adequados para que essa in-

dustrialização se faça e não oframos a desigualdade, o desnível evidenciado no Governo passado, das nossas reservas, das nossas divisas no seu encaminhamento de preferência para a industrialização do Sul.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Meu nobre colega, agradeço seu aparte e até faço questão de sopitinho honrando o modesto discurso que estou proferindo.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exª está proferindo um brilhante discurso e merece, inclusive, a manifestação do meu entusiasmo em muitos de suas passagens.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Juízo indispensável, meu nobre colega nos momentos históricos da nossa vida pública, o debate, no sentido de esclarecimento da opinião pública.

V. Exª referiu-se às boas intenções de Sr. Presidente. Nos dois ou três discursos que aqui proferi, não manifestei dúvida a respeito das intenções patrióticas do novo chefe de Estado. Mas entre intenções e fatos objetivos há uma distância muito grande.

O Sr. Heribaldo Vieira — Não há fato objetivo; o Governo está ensaiando seus primeiros passos na administração.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — O que a nação quer do novo governo, e poder prosperar; medidas para prosseguir na sua política de desenvolvimento; que haja, na verdade, uma compressão de gastos, no sentido de melhor ordem financeira do País. Não possível a S. Exª — sem contrariar os anseios da Nação inteira — imprimir a sua política um cunho de restrição a política do desenvolvimento nacional, sem o qual jamais poderemos ser uma Nação grande e forte.

O Sr. Sebastião Archer — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Com satisfação.

O Sr. Sebastião Archer — Vamos fazer justiça ao grande Presidente Epitácio Pessoa o primeiro Presidente que cuidou do Nordeste.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Como parabano, associando a homenagem merecida que V. Exª presta à memória do Presidente Epitácio Pessoa.

O Sr. Joaquim Parente — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Concedo o aparte.

O Sr. Joaquim Parente — Não me diz respeito ao Piauí, nada devemos ao Governo passado; mesmo assim o dólar a Cr\$ 100,00 não sobrou para o Piauí. Acredito que algumas áreas do Nordeste tenham sido beneficiadas, mas o meu Estado por extensão, e o Maranhão — pouco permito ao ilustre colega do Maranhão foram esquecidos. Esperamos que o Governo atual, com as providências que está tomando em relação ao Nordeste, sejamos mais beneficiados do que fomos no passado.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO — Agradeço o aparte e lamento que o Estado de V. Exª não tenha sido contemplado no Governo passado e humana essa omissão, de um Governo que teve uma política de desenvolvimento e de trabalho intensivo, diuturno — esta a justiça que a Nação precisa fazer — porquanto a Nação precisa olhar ao mesmo tempo para os pontos de todos os Estados. Olhou a situação geral do

Pais, na sua organização e estrutura econômica.

Se formos buscar falhas ou procurar aquilo que constituiu aspiração de cada Estado, de cada Município, de cada Região, não teria sido possível ao Governo passado, nem o será ao atual, sair sem estas omissões que todos lamentamos, porque o desejo comum é que a Nação prospere, progrida e atenda aos ideais da nacionalidade.

Prosseguindo, Sr. Presidente, dizia eu — referindo-me ao Nordeste — que somos uma gente que tem ofertado à pátria a vida e o sangue; o sorriso e o trabalho construtivo — não invocamos a consideração de ninguém — temos o direito de exigir para os nossos a solidariedade no infortúnio e as condições de uma vida digna para seres humanos. Vivemos dentro de uma pátria comum. Vêmos os instrumentos de trabalho, e nos ajudem a modificar as condições do meio em que vivemos. Preservem a unidade nacional e o espírito da Federação.

Faça o eminente e honrado Sr. Presidente da República uma revisão nos últimos atos do seu governo. Ajuste o ardor do seu patriotismo à bravura estoica dos nobres. Os nobres não sabem manter fidelidade ao erro. Retrocedem, e se tornam maiores. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Novais Filho.

SR. NOVAES FILHO

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, venho desta alta Tribuna declarar, meu devotamento a velha e natural amizade do Brasil a Portugal. A Portugal devemos a nossa civilização, a um príncipe português a nossa Independência, a Portugal devemos o sangue latino, ardente, rebelde, dando-nos as qualidades de inteligência, combate e amor à cultura de uma grande raça; devemos ainda a língua, a fé católica, as tradições e os costumes, a repulsa às discriminações, a ausência de preconceitos e de ódios, entre tipos raciais — tudo isso foi legado de Portugal.

Certos grupos combatem Portugal, os seus interesses, porque confundem Portugal com a fórmula de Governo que adota, mas esses grupos que se exaltam no ataque ao Primeiro Ministro Salazar, que restringe licenças mas é homem fiel ao Ocidente, se expandem nos aplausos a cruéis ditadores como Tito, Nasser, Fidel Castro, que oprimem, matam, sufocam as liberdades, mas recebem apoio porque são despotas das esquerdas.

São esses grupos que desejam e instigam, tome o Brasil na ONU posição de hostilidade a Portugal, a pretexto de condenar o colonialismo e o regime político vigente no país irmão.

Sr. Presidente:

A mim parece que a atitude digna e serena do Brasil seria a da abstenção. Só esse gesto demonstraria a nossa orientação a favor da liberdade para todas as nações do mundo, sem nos colocar em choque contra o país onde estão nossas raízes e nossas origens.

Portugal é pequeno, fraco, desarmado. Sem elementos econômicos, bélicos e demográficos, para se opor às decisões das grandes potências.

Por isso entendo ser melancólica a posição do Brasil, tomando as armas do ataque, na ONU, contra o país

irmão, pequenino, fraco, indefeso, quando a nossa atitude de elegância moral e de coragem diante do sentido oculto de certos grupos seria a da neutralidade, entre a nossa posição anti-colonialista e a nossa amizade à velha pátria-mãe.

Constitui um absurdo para esses grupos, ficar o Brasil neutro, no caso de Angola, mas querem e advogam ardentemente que o Brasil fique neutro, entre as democracias e as ditaduras, entre a liberdade e a opressão.

Não ficaria em paz com a minha consciência de brasileiro, se negasse, nesta hora, uma palavra de carinho, a Portugal. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondim.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, regresso do sul, onde tive oportunidade de participar de dois cometimentos de real importância. O primeiro deles, a que compareci como convidado especial, foi a instalação da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Dizei apenas que, desse acontecimento, trago a melhor das impressões.

A Universidade de Santa Maria reúne sete Faculdades e tem como seu Reitor Magnífico um homem extraordinário, operoso e idealista, o Dr. Mariano da Rocha Filho. Dos esforços, dispendidos por esse ilustre brasileiro dão testemunho quantos o vêm acompanhando na ingente tarefa de dotar aquela região do meu Estado de um estabelecimento de ensino de alto nível, capaz de atender aos velhos anseios da mocidade gaúcha.

Não me deterei em comentários sobre a cerimônia, pois tenho certeza de que o nobre Senador Daniel Krieger o fará. S. Ex.^a recebeu, na oportunidade, o título de doutor *honoris causa* e, evidentemente, neste plenário, tecerá comentários sobre essa obra notável, que é a primeira Universidade de interior, em nosso País.

E mister destacar, porém, a magnífica organização da Faculdade de Medicina daquela Universidade, o que o torna, graças aos esforços dos seus dirigentes, uma das mais importantes da América.

Sr. Presidente, o segundo cometimento a que me referi, diz respeito à Reunião dos Governadores, realizada em Florianópolis, nos dias 23, 24 e 25 de março passado.

Vim a esta tribuna especialmente para ler a declaração de princípios do Governo do meu Estado, participante daquela reunião. Quero, porém, antes de fazê-lo, deixar registrada minha estranheza por não terem comparecido ao importante conclave os parlamentares representantes daquela Região, Senadores e Deputados pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Não foram convidados.

De minha parte, ali estive porque sabia seriam tratados assuntos de magna importância para as três unidades da Federação, particularmente para o meu Estado, o Rio Grande do Sul. Foi, assim, apenas na qualidade de observador. Se nas próximas reuniões de Governadores, já programadas, persistir o critério de não serem convidados os parlamentares, permito-me sugerir aos nobres colegas que compareçam às reuniões que se realizarem nas suas respectivas regiões, pois que os assuntos ali

tratados, cedo ou tarde, tramitarão pelas Comissões, e pelos plenários, tanto da Câmara como do Senado.

Estranho, realmente, não tenham os parlamentares sido convidados, ao menos como observadores eis que as matérias em estudo dizem de perto com a nossa própria atividade. Não faria mal algum portanto que o Executivo do nosso País se fizesse acompanhar de representantes do Legislativo para, em harmonia, tratar com objetividade dos problemas atinentes às diversas regiões de nossa Pátria.

Digo, com orgulho, que o Rio Grande do Sul, através do seu Governador, seu Secretariado e respectivos assessores, apresentou-se à reunião de Florianópolis com mais de uma centena de proposições, todas elas produto de muito estudo, muita observação, muita estatística, muita experiência e — direi mais — de muita angústia.

Perfeitamente equipada, a representação do Rio Grande do Sul — permitam-me os Srs. Senadores, representantes do Paraná e Santa Catarina — apresentou-se em Florianópolis com um *dossier* que realmente impressionou. Reconheço que os Governadores de Santa Catarina e Paraná foram recentemente empossados, quando o do Rio Grande do Sul, já, com dois anos de atividade, tinha — a bem dizer — maior obrigação de apresentar-se ao Conclave com estudos mais aprofundados, não apenas das necessidades específicas do nosso Estado, mas, também, dos comuns aos três Estados participantes do Conclave de Florianópolis.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que particularmente observei, foi a objetividade com que se desenvolveram os trabalhos da reunião. Realmente não se perdeu tempo. Trabalhou-se afanosamente, todos os dias, desde às seis horas da manhã até altas horas da noite.

Esperamos que, como resultado dos estudos e entendimentos havidos, o Governo da União traduza em medidas e providências imediatas, as decisões a que chegaram os participantes da reunião de Florianópolis; evidentemente, não apenas no que diz respeito ao Rio Grande do Sul, mas, principalmente, no que tange as questões que são comuns aos três Estados.

Posso adiantar, entre as muitas decisões tomadas, cinco foram os grandes problemas de interesse comum aos Estados que tiveram solução ou encaminhamento na Capital catarinense, que desejo chamar, com ênfase, de Capri brasileira, pois abrindo um parêntese, direi que, possuindo tantas belezas naturais, verdadeiramente encantadoras, não tenhamos até aqui cuidado do turismo, que poderia ser, para nós, grande fonte de riqueza.

Continuando, Sr. Presidente, afirmo que as maiores deliberações tomadas no Conclave foram:

1) — A criação do Conselho do Desenvolvimento Econômico e, paralelamente, de um Banco de Desenvolvimento Regional.

Esta proposta constava da agenda riograndense e a seu respeito houve, inclusive, divergência entre o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, divergência que, como é claro, ficou removida com a predominância dos pontos de vista presidenciais.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Pois não.

O Sr. Nogueira da Gama — Declara V. Exa. que houve divergências entre o Ministro da Fazenda e o Presidente da República ou entre os

Governadores que compareceram ao conclave?

O SR. GUIDO MONDIN — Divergências entre os participantes nos debates, como é claro.

O Sr. Nogueira da Gama — Sobre a criação do Banco de Desenvolvimento Regional?

O SR. GUIDO MONDIN — Quando se debatem matérias quase sempre surgem divergências. No caso, houve, especificamente, quanto à criação do Banco de Desenvolvimento Regional; sob esse aspecto, houve divergências com o Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. conhece a opinião do Ministro da Fazenda?

O SR. GUIDO MONDIN — Não. Devo dizer a V. Exa. que não tive possibilidade de participar, diretamente, de nenhuma das reuniões, realizadas a portas fechadas. Esta foi uma delas. Como observador, fiquei como que fazendo o papel de jornalista, a colher o máximo de informes da reunião, para minha própria orientação.

O Sr. Nogueira da Gama — Segundo as notícias dos jornais, o Sr. Presidente da República manifestou-se favorável à criação desses Bancos de Desenvolvimento Regionais.

O SR. GUIDO MONDIN — Daí decorreu a divergência, tendo predominado o ponto de vista do Sr. Presidente da República.

O Sr. Nogueira da Gama — V. Exa. alega que houve divergência com o Sr. Ministro da Fazenda. Então somos levados a admitir que o ponto de vista do titular da Pasta foi vencido diante da opinião do Sr. Presidente da República.

O SR. GUIDO MONDIN — Exatamente, foi o que ocorreu.

(Lendo)

2) — Organização do Instituto Nacional do Trigo, com uma série de sugestões a respeito dos preços mínimos e de uma política que propicie a diminuição das importações.

3) — Eletrificação. Medidas para mobilizar os recursos destinados aos empreendimentos previstos em lei do ano passado (Lei nº 3.860), no que diz respeito às usinas termelétricas e às linhas de transmissão. As obras deverão harmonizar os interesses dos Estados carboníferos com as disponibilidades previstas em lei. Os esquemas prevêm, para o período de agora até 1965: Paraná, 33.000 quilowatts; Santa Catarina, 150.000 e Rio Grande do Sul, 100.000.

4) — Formação de uma entidade composta pelos Estados membros da Bacia do Paraná-Uruguai para estudar o aproveitamento hidroelétrico da bacia do rio Uruguai, incluindo-se este aproveitamento no Plano Nacional de Eletrificação.

5) — Constituição imediata de um grupo de trabalho integrado por representantes do governo federal, de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, para estudar a implantação da Sotelca (Sociedade Termelétrica de Capivari) (SC).

Sr. Presidente, na oportunidade em que se desenvolviam os debates na reunião de Florianópolis, o Governo do Rio Grande do Sul, pelo seu titular, Engenheiro Leonel Brizzola, consubstanciou seu pensamento, numa declaração de princípios mais tarde divulgada pela Imprensa e pela rádio-

difusão, cuja leitura é meu principal objetivo ao ocupar a tribuna nesta tarde:

"Declaração de Princípios do Governo do Estado do Rio Grande do Sul"

Eliminar as disparidades regionais, eis o grande problema que desafia, dramaticamente a nossa capacidade de governantes. Vivemos num País dilacerado em áreas prósperas e áreas retardadas. Não só esta divisão é anti-social, anti-nacional e contrária ao pacto federativo como também as populações atingidas por tão violentas e injustas desigualdades começam a manifestar impaciente incomformidade com esse quadro de dilapidação de seus recursos materiais e espoliação de seus contingentes humanos.

O caso do Nordeste é paradigmático. Com uma população de cerca de 25 milhões de brasileiros, não se compreende que a renda "per capita" do nordestino seja exatamente menos da terça parte da renda do habitante do Centro Sul. Como podemos admitir que, dentro do mesmo País, a diferença da renda "per capita" entre os Estados seja precisamente de um para oito? Este fato explica pelo desequilíbrio do desenvolvimento brasileiro que, concentrado numa estreita área do Centro Sul, agiu como força corrosiva das economias regionais, destruindo os condutos pelos quais elas poderiam construir a sua evolução no sentido da prosperidade. É preciso salientar ainda, que não estamos apenas diante de economias estagnadas; estamos, também, em face de economias em regressão.

A participação do Nordeste, que era de 17,1% na renda nacional em 1948, declinou para 15,3% em 1957 e para 15,5% em 1958, ano em que, como assinalamos, linhas acima, a renda "per capita" de sua população passou a representar menos da terça parte da renda "per capita" da população do Centro Sul.

A lição dramática que este fato encerra não mostra contudo apenas a regressão da economia nordestina. Ela indica, ao mesmo tempo, a impossibilidade de o Nordeste superar sozinho o estágio a que chegou, deixando claro que, ainda que essa região venha a imprimir ao seu processo de desenvolvimento o mesmo ritmo de crescimento do Centro Sul o aumento "per capita" de bens e serviços à disposição de sua população se manterá, muito aquém daquele de que dispõem as populações da região mais próspera.

Não difere esse quadro daquele que compõe a paisagem econômica e social de outra grande região brasileira: a Amazônia. Nesta região de 5 milhões de quilômetros quadrados que representam 63% do território Brasileiro e onde vive uma população de 4 milhões de habitantes a renda regional é apenas de 17% do Produto Bruto Nacional — e eis o quanto basta para definir o nível do tremendo atraso de todo o extremo Norte brasileiro.

A estas duas áreas que poderíamos chamar de regiões clássicas do subdesenvolvimento nacional foi incorporado o extremo sul. E neste espaço social que o Rio Grande do Sul surge como a grande vítima de processo de desgaste semelhante ao que transformou a Amazônia e o Nordeste nas duas grandes "áreas — problema" do Brasil.

Quanto ao Rio Grande do Sul, somente nos últimos 10 anos — e para mencionar apenas um setor o de relações de troca, — vem o Estado sofrendo uma perda média anual de 4 bilhões de cruzeiros. Processa-se, em consequência, na economia gaúcha, uma completa erosão de todos os seus recursos de todas as suas disponibilidades e, por tal forma, que não será exagerado afirmar que, de Estado classe-média, da catalogação dos eco-

nomistas modernos está o Rio Grande do Sul progressivamente regredindo à condição de Estado-proletário.

Marginaliza-se o parque industrial marginalizam-se as atividades agro-pastoris; rarefaz-se o meio circulante; cai o nível dos depósitos bancários; mais de 25 bilhões de cruzeiros previstos no plano de Metas, nos últimos 5 anos, não foram aplicados ou foram transferidos para a região Central Sul; processa-se, em consequência, o êxodo de capitais, de mão-de-obra, e de mão-de-obra especializada; exaurem-se os recursos para dinamizar a estrutura do Estado; defronta-se, enfim, a economia gaúcha com uma crise sem precedentes, mau grado todos os desesperados esforços do Governo do Estado para superá-la.

Por que se pauperiza o Nordeste? Por que não consegue a Amazônia romper o círculo de pobreza do qual é prisioneira? Por que o Extremo Sul passou a integrar o grupo das regiões marginalizadas? Por que se deteriora cada vez mais a economia do Nordeste, quando ela tem todas as condições para adquirir o grau de desenvolvimento autônomo já atingido por muitas nações européias de menor densidade demográfica, e até recentemente prisioneiras do círculo vicioso da pobreza? Desintegra-se a economia nordestina pelos mesmos fatores que estão hoje levando à estagnação e abrindo o caminho da depressão para a economia do Extremo Sul.

Consideradas as causas, identificados os motivos, ponderados causas e motivos em sua extensão e profundidade, localizados em sua fonte medidos em suas consequências, a conclusão é inevitavelmente, uma única. Ela aponta em sua fria e implacável objetividade, como origem de toda esta cadeia de desequilíbrios regionais a existência de um único centro dinâmico implantado numa parte relativamente exígua do território nacional. Ao implantado, graças à participação proporcional de todas as regiões do País que possibilitaram seu desenvolvimento através de sacrifícios para os quais contribuíram indistintamente todos os brasileiros, esse centro dinâmico além de não propagar e transmitir às demais regiões que contribuíram para a sua instalação as desejadas ondas de desenvolvimento, ainda se transforma em agente inibitório dos seus impulsos de crescimento econômico. Desta forma a estrutura regional da economia brasileira em vez de caminhar para o equilíbrio imperativamente reclamado pelas exigências de crescimento e também de unidade e segurança nacionais, em verdade dele divorciou-se violentamente. Tal perda de equilíbrio determinando e condicionando as disparidades regionais, resultou da implantação das indústrias de bens de produção as quais, por sua vez, estimularam e impulsionaram a ampliação e o reequipamento das indústrias de bens de consumo e em última consequência criaram condições para a modernização da agricultura na região Centro Sul. Ocorreu tal transformação estrutural apenas, como já foi referido, em exígua parte do território brasileiro, porém, valendo insistir, com grandes e penosos sacrifícios de toda a nacionalidade.

O problema básico com que hoje nos defrontamos não é o nivelamento na pobreza. Não é a transferência não compensada ou mesmo a doação a título de socorro de uma comunidade regional próspera a outras empobrecidas. Nem de longe se pretende combater o desenvolvimento da região Centro Sul. Pretendemos, sim, o desenvolvimento paritário das demais regiões, fortalecendo a economia nacional, porque a própria experiência histórica nos diz que o crescimento bem distribuído da riqueza tem em-

ções comerciais, estimulando novas oportunidades de progresso.

O desenvolvimento brasileiro não pode continuar inspirado na política da mancha de óleo apoiada na doutrina do centro dinâmico único. O desnível econômico, social e tecnológico entre diversas regiões mostra, com sua seqüência de dramáticas implicações, como se tornou absolutamente insustentável a doutrina segundo a qual o progresso da região onde se instalasse um único e suficiente centro dinâmico, tenderia espontaneamente a propagar-se pelas demais que receberiam, se bem que com atraso, os benefícios da região desenvolvida.

Esta tese não se tornou apenas tecnicamente refutável. A realidade brasileira de hoje a condena como atentatória aos mais legítimos interesses do País, por injusta, anti-social, e anti-nacional. Sobre a sua injustiça e a sua falta de equidade depõem as disparidades regionais tomadas como contexto social isolado. Do ponto de vista dos interesses gerais do País, isto é, do contexto social brasileiro a tese do centro dinâmico único mostra-se duplamente anti-nacional. Primeiro porque seccionou e dilacerou o País, mutilando a sua integridade política. Em segundo lugar, porque além de ter suscitado um crescimento desequilibrado, feito às expensas das regiões menos protegidas, facilitou a profunda penetração dos monopólios e oligopólios no Brasil, sobretudo em muitos setores básicos de nossa economia.

A aplicação da Instrução 113 da SUMOC, referente à importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial demonstra claramente a atração sempre crescente de capitais que exercem as zonas mais desenvolvidas em detrimento das que se encontram em processo de marginalização. A entrada de capitais no País propiciada pela Instrução 113 até julho de 1960 foi de US \$ 418.965.764,00 cabendo aos Estados do Centro Sul (São Paulo, Minas Rio de Janeiro e Guanabara) US\$ 395.620.575,00 e aos Estados do Extremo Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) US\$ 5.983.147,00. Percentualmente em relação ao total do País, a região Centro Sul carrega 94,41% dos investimentos e a região Extremo Sul 1,4%. Nessa ordem de coisas se inserem ainda os compromissos de entrega da futura distribuição de energia aos monopólios estrangeiros.

Tal processo de penetração cria no País inclusive ilusões de prosperidade que, desfeitas deixam em seu lugar apenas espaço para violentas reações de incomformidade, cujas primeiras manifestações já se esboçam claramente. Os desníveis regionais foram um dos fatores que no Brasil contribuíram para a destruição daquela ilusão de prosperidade, alimentada pela aliança do centro dinâmico único com a penetração estrangeira, de tipo colonialista. Desfeitas as ilusões o que, inconformado, viu o País? Descobriu-se a si mesmo mais pobre, pois verificou que se multiplicaram suas áreas — problemas. Que é o caso do Extremo Sul senão a reprodução em ritmo altamente acelerado dos casos da Amazônia, do Norte e do Nordeste. A difusão de "áreas-problema", por ação do processo unilateral e discriminatório agride o alto grau de consciência política e social adquirida pelo povo brasileiro. Aquela agressão respondemos com nossa insubmissão e o nosso inconformismo.

Assim como as nações coloniais recentemente libertadas, e os territórios, chamados não-autônomos não podem nem querer esperar mais pelos processos clássicos de desenvolvimento, as áreas estagnadas do Brasil ou em vias de estagnação como o Extremo Sul, reclamam com visíveis e inquietantes sinais de impaciência, pela grande hora de prorromperem na di-

reção do desenvolvimento integrado, equânime e justo.

Eis como compreendemos a situação brasileira. Expressamos, com fidelidade e franqueza, as aspirações e os sentimentos da comunidade gaúcha, que aqui representamos. Com esses altos desígnios comparecemos à reunião dos Governadores dos Estados do Extremo Sul, em Florianópolis, convocada por Sua Excelência, o Sr. Presidente da República.

Todas as proposições concretas que apresentamos no interesse de nosso Estado ou da Região Extremo Sul, estão rigorosamente ajustadas à linha de pensamento exposta nesta Declaração de Princípios.

Recebemos a iniciativa de S. Exa. o Sr. Presidente Jânio Quadros, convocando o presente encontro de Governadores, exatamente como um passo decisivo no sentido destas diretrizes, caminho que entendemos como o mais adequado para o equacionamento dos problemas que, nos dias presentes, afligem toda a Nação. Daí a nossa confiança nos resultados concretos e objetivos da Reunião de Florianópolis.

Florianópolis, 25 de março de 1961
Eng. Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio Grande do Sul".

(Muito bem; muito bem! Palmas).

Durante o discurso do Senhor Guido Mundin, o Sr. Moura Andrade deixa a presidência, assumindo-a o Sr. Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. Em virtude de haver o Sr. Senador Caiado de Castro renunciado aos lugares que ocupava nas Comissões Permanentes, abriu-se uma vaga em cada uma das Comissões de Finanças, de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Serviço Público Civil.

De acordo com o art. 77 do Regulamento Interno e atendendo as indicações feitas pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, esta Presidência designa para as vagas das duas primeiras Comissões o Senhor Senador Barros Carvalho e para as das duas últimas o Sr. Senador Miguel Couto.

Em consequência dessas designações ficou vaga uma suplência do mesmo Partido nas Comissões de Finanças, de Justiça e de Serviço Público. Para o seu preenchimento são designados, respectivamente, os Senhores Senadores Vivaldo Lima, Miguel Couto e Fausto Cabral. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Estão na Casa 20 Srs. Senadores, número insuficiente para se proceder à votação da matéria em Ordem do Dia:

Projeto de Resolução nº 46, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 146, de 23 de dezembro de 1948, do Estado do Rio Grande do Norte, na parte que desmembrava do Município de São Tome a localidade denominada "Sítio Novo", anexando-a ao Município de Santa Cruz, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 414 de 1953).

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

Sr. Presidente, quando da minha última ida à cidade do Rio de Janeiro, no aeroporto desta Capital, por solicitação de um jornalista do DC-Brasília, tive oportunidade de prestar

Agilizar declarações a respeito da Instrução nº 204, recém-baixada pelo Governo Federal e sobre suas repercussões no aumento do custo de vida. Ao regressar verifiquei que o repórter havia se equivocado pois suprimira afirmação, a meu ver importante, de que acreditava naquela medida governamental como capaz realmente, de concorrer para regularização de nossa política cambial, com resultados positivos e concretos na vida do novo brasileiro.

E, Senhores Senadores, não poderia ser de outra forma. Venho apoiando o atual Presidente da República desde os primórdios de sua campanha quando, como simples candidato aos votos de meu Partido, entrei em contacto pessoal com S. Ex.^a. Até o presente momento não vejo motivos para modificar essa minha atitude de solidariedade e de apoio à política que vem empreendendo.

A Instrução nº 204 — e não posso desconhecer o assunto — trará, fatalmente, um aumento do custo de vida. Aliás, o próprio Senhor Jânio Quadros em seu discurso à Nação afirmou enfaticamente tal consequência.

Entendo, Sr. Presidente, apesar de não ser financista, nem economista, que a Instrução nº 204 era medida já há muito reclamada pela realidade brasileira. O chamado câmbio de custo não poderia continuar, existindo, antes, medidas corajosas e imediatas para que fosse corrigida essa distorção, no nosso mercado importador. Todos pagavam a diferença, que era como verdadeiro imposto de consumo, rateada que era entre os passados do novo brasileiro, sendo, contudo, beneficiados os importadores, razão pela qual o chamavam, também, câmbio favorecido.

Inevavelmente, medida de tal ordem, traria aumento no custo de vida pois foram atingidos artigos de grande essencialidade e diretamente relacionados com o consumo popular, como o trigo, o petróleo e os próprios adubos. Mas o que está havendo — como sempre ocorre em tais horas — é o abuso, são os aproveitadores, os especuladores, entre um regime que desaparece e outro que se inicia e que se encontra em fase de adaptações.

Contudo o Sr. Presidente da República não ficou e não está alheio ao problema, tanto assim que determinou providências quanto aos estoques de petróleo, trigo e papel de imprensa, enquanto toma medidas de mais longo alcance, tais como a remessa ao Congresso Nacional de anteprojeto visando reprimir o abuso do poder econômico e dando nova formulação à legislação do imposto de renda, inclusive a de melhor consecução do chamado lucro extraordinário.

São medidas corajosas e, reconheço, que não se prestam a tiradas demagógicas, entretanto, concorrerão, dentro em breve, para o equilíbrio social brasileiro e para melhor ordenamento das finanças públicas e moralidade da sua vida administrativa.

Teremos de nos manifestar, Senhores Senadores, sobre alguns dos prin-

cípios propugnados pelo Presidente Jânio Quadros e, estou certo de que a esta Casa não faltará, como nunca faltou, patriotismo, desprendimento, sentido político e amor ao povo brasileiro, aprovando essas medidas.

Termino, Sr. Presidente, congratulando-me com o Chefe da Nação pelas providências que vem tomando e que afirmam e reafirmam o candidato e não desmentem as declarações francas e sinceras de sua campanha eleitoral. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hebaldo Vieira.

O SR. HERIBADOL VIEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última sessão do Senado, que precedeu a Semana Santa, o eminente Senador Gilberto Marinho, da tribuna desta Casa, teve comentários sobre uma nota publicada pelo "Jornal do Brasil" em sua edição de 24 do mês próximo passado, na qual aquele matutino dizia ameaçada por ação policial do Governo a liberdade de rádio de sua estação transmissora.

Naquela ocasião, comprometi-me a trazer ao Senado e à Nação a necessária explicação sobre o fato que tão mal repercutiu na opinião pública e cuja veracidade pus logo em dúvida, por não se coadunarem tais violências, absolutamente, com a política e a orientação democrática do Sr. Presidente da República.

Assim, procurei esclarecer-me suficientemente sobre os fatos desenvolvidos e posso trazer agora ao Senado a versão verdadeira, que vem comprovar a exatidão de minha assertiva, àquela ocasião.

O fato se passou da seguinte maneira: o Serviço Secreto do Exército solicitou ao Cel. Assumpção Cardoso, representante do Governo na Comissão Técnica do Rádio, que verificasse a profundidade de notícia divulgada pela Rádio Jornal do Brasil, segundo a qual estaria havendo inusitado movimento de tropas. Não se tratava evidentemente, de solicitação de caráter oficial pois, se o fosse, teria o Serviço Secreto do Exército procura do os caminhos competentes, isto é o Ministério da Justiça, órgão incumbido de tratar desses assuntos, segundo as leis que regem o rádio brasileiro.

O Cel. Assumpção Cardoso em caráter também particular, telefonou para o encarregado do serviço de noticiários na Rádio Jornal do Brasil o ilustre jornalista Nascimento Brito, pedindo seu comparecimento para esclarecer o assunto. Atendendo à solicitação do Cel. Assumpção Cardoso declarou o jornalista que, tendo o hábito de acordar tarde, nada podia adiantar sobre a matéria. Dada, porém, a cordialidade com que estava sendo tratado e recebido, iria averiguar na Rádio Jornal do Brasil a procedência dos fatos e, depois, trans-

mitiria àquele militar as informações que recolhesse.

Com surpresa para o Coronel Assumpção Cardoso que havia tratado o jornalista Nascimento Brito em termos tão cordiais, saiu publicana no "Jornal do Brasil" edição do dia 24 de março findo, a nota sobre ameaças que teriam sido feitas.

O jornalista Nascimento Brito nenhuma resposta deu ao Coronel Assumpção Cardoso, posteriormente. Ameaças não lhe foram feitas nem atitudes policiais foram tomadas contra a Rádio Jornal do Brasil. Apenas procurou aquele ilustre militar, com cordialidade, obter informações a fim de transmiti-las ao Serviço Secreto do Exército, que lhe havia solicitado. Esta a verdade dos fatos.

Está claro que só isso poderia ter acontecido. Se o Serviço Secreto do Exército tivesse a intenção de adotar medidas policiais, ter-se-ia encaminhado às autoridades competentes ou melhor, ao Sr. Ministro da Justiça que, aguilatando a gravidade do fato, tomaria as providências cabíveis. Procurou, porém, quem não tinha competência para tal apenas no sentido de obter informações, com as devidas reservas, sobre a nota divulgada. Só então, de acordo com as informações prestadas, o assunto seria ou não encaminhado a quem de direito.

Esses esclarecimentos que me foram prestados pelo Gabinete da Presidência da República.

Estou certo Sr. Presidente de que o Governo do eminente Sr. Jânio Quadros, a liberdade de imprensa, de rádio e de televisão será mantida, a todo custo e em toda sua plenitude. Sua campanha eleitoral, seu trócio seu passado levam-nos a acreditar que S. Ex.^a saberá respeitar todas as liberdades, em nome da Democracia.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

Sessão de 4 de abril de 1961

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 46, de 1960, que suspende a execução da Lei número 146, de 23 de dezembro de 1948, do Estado do Rio Grande do Norte, na parte que desmembrou do Município de São Tomé a localidade denominada "Sítio Novo", anexando-a ao Município de Santa Cruz, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 414, de 1960).

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.

Mútua Parlamentar

COMUNICA FALECIMENTO

A Diretoria da Mútua Parlamentar comunica o falecimento do mutuário Francisco de Almeida Monte.

ABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA NOVOS SÓCIOS

A Diretoria da Mútua Parlamentar, de acordo com o Parágrafo único do Art. 2º dos Estatutos, comunica que estão abertas as inscrições para novos sócios, de 15 de março corrente a 15 de junho de 1961.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 20, DE 1961

A Comissão Diretora do Senado Federal, tomando conhecimento do resultado da sindicância realizada em torno de falta cometida pelo Inspetor de Segurança, PL-8, Wilson Peçanha, e dada a gravidade da mesma, mas tendo em vista os bons antecedentes daquele funcionário,

Resolve suspendê-lo, por 90 (noventa) dias, nos termos do art. 208 do Regulamento da Secretaria. (Resolução nº 6, de 1960, a partir de 22 do corrente mês.

Secretaria do Senado Federal, em 24 de março de 1961. — Auro de Moura Andrade — Presidente da Comissão Diretora.

Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral, deferiu os seguintes requerimentos:

Nº 73-61 — Em que Sebastião Amaro da Silva, Motorista Auxiliar, Símbolo PL-10, solicita salário-família, em relação a seus filhos Marcos Roberto, Maria de Fátima e Lúcia de Fátima, a partir de junho de 1960.

Nº 76-61 — Em que José Coutinho de Araújo, Motorista, Símbolo PL-8, solicita salário-família em relação à sua esposa Nailya, a partir de 1º de março do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de março de 1961. — Nilton Borges Sêa — Diretora do Pessoal.

REPÚBLICA-SE POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES

Portaria nº 28 de 1961

O Primeiro Secretário, nos termos do art. 51, letra E do Regimento Interno, desliga Cláudio Idebúrgue Carneiro Leal Neto, Oficial Legislativo, PL-7, da função de Auxiliar de Gabinete do Líder da Minoria e designa para a função de Oficial de Gabinete, do mesmo Líder, a partir de 1º de março do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 22 de março de 1961. — Senador Cunha Mello, 1º Secretário.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0.40